

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO - 2006**

COMPOSIÇÃO

Ministra ELLEN GRACIE – Presidente
Ministro GILMAR MENDES – Vice-Presidente
Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA

Primeira Turma

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA

Segunda Turma

Ministro CELSO DE MELLO
Ministro GILMAR MENDES
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta resumidamente as principais atividades desenvolvidas pelo Supremo Tribunal Federal durante o exercício de 2006.

Nos primeiros três meses do ano, a Presidência foi exercida pelo Ministro Nelson Jobim, que se aposentou. A partir de 27/04/2006, o exercício da Presidência recaiu sobre a Ministra Ellen Gracie Northfleet.

Diversas programações foram desenvolvidas no decorrer do exercício, com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos ao Tribunal, criar oportunidades de agilização do trâmite processual, desenvolver comunicação permanente com outras jurisdições e propiciar discussão sobre a Justiça do País.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – DADOS ESTATÍSTICOS

A movimentação processual do STF no ano de 2006 pode ser verificada no quadro abaixo, que demonstra também a evolução da atividade jurisdicional nos últimos anos:

Processos	2003	2004	2005	2006
Protocolizados	87.184	83.660	95.213	127.534
Finalizados	125.074	85.545	83.177	72.483
Distribuídos	111.916	70.976	79.577	116.216
Homologações de desistência	50.918	4.537	386	1.729

* Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ STF

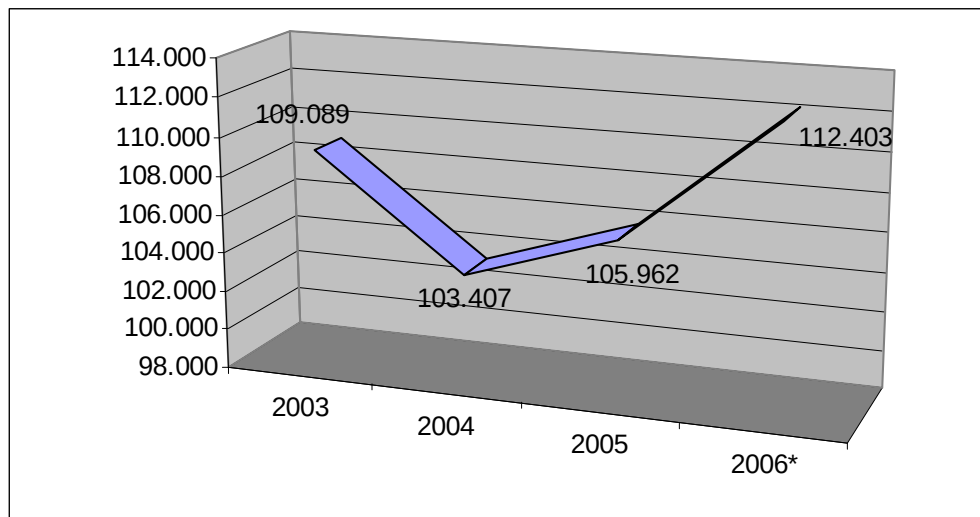
Cada Ministro recebeu, em média, 965 processos por mês.

Decisões	2003	2004	2005	2006
	109.089	103.407	105.962	112.403
Monocráticas	98.932	92.273	90.857	101.207
Colegiadas	10.157	11.134	15.105	11.196
Liminares	1.222	1.717	2.244	2.110
De mérito	107.867	101.690	103.718	110.293
Em recursos	99.572	95.602	97.534	103.485
Em originários	9.517	7.805	8.428	8.298
Controle difuso	108.645	103.056	105.658	112.121
Controle concentrado	444	351	304	282

* Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ STF

Despachos da Presidência	2003	2004	2005	2006
	8.476	5.931	1.119*	2.541

* A Emenda Constitucional nº 45 excluiu do STF duas classes de processos da competência da Presidência: Carta Rogatória e Sentença Estrangeira.



Tramitação no Supremo e Indicadores

	2003	2004	2005	2006
Decisões finais	88.937	79.608	83.177	72.483
Casos novos	87.348	83.716	95.213	127.534
Estoque	182.979	186.039	176.179	153.956
Casos Novos por magistrado	7.941	7.611	8.656	11.594
Carga de trabalho - 11 magistrados	24.575	24.523	24.672	25.588
Congestionamento	67,10%	70,49%	69,35%	74.25%
Recursos internos	13.184	14.876	19.367	18.480
Decisões proferidas	109.298	103.595	105.962	112.403
Recorribilidade	12,06%	14,36%	18,28%	16,44%
Recursos providos	4.283	3.475	1.548	1.706
Recursos julgados	27.031	26.262	21.275	20.757
Reforma	15,84%	13,23%	7,28%	8,22%

* Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ STF

Racionalização de trâmite processual

Em 2006, a rotina de processamento dos Agravos de Instrumento foi alterada com o objetivo de se eliminar fases de sua tramitação. O processo passou a ser registrado e analisado para verificar sua adequação quanto aos aspectos formais e tempestividade, sendo suprimidas as etapas de autuação e verificação junto ao Superior Tribunal de Justiça. Posteriormente, os autos são encaminhados à Presidência do STF para análise.

Com tal medida foi possível descartar cerca de 20% dos Agravos de Instrumento recebidos pelo Tribunal, além de zerar o estoque de oito mil Agravos de Instrumento pendentes de autuação e pré-analisar outros 29 mil.

No segundo semestre do ano, o trabalho foi ampliado, atingindo dessa vez os Agravos Regimentais impetrados no STF.

Com base nessa triagem, a Presidência negou seguimento a 8.010 Agravos de Instrumento. A taxa de recorribilidade aferida pela interposição de Agravos Regimentais tem se mantido dentro do patamar de 12,78%.

Ações sobre questões indígenas

Os processos de interesses indígenas que tramitam no Supremo Tribunal Federal tiveram prioridade nos julgamentos. Os representantes indígenas de terras localizadas em vários estados brasileiros, em visita ao STF, apresentaram documentos finais do Acampamento Terra Livre e do 1º Encontro Nacional de Mulheres Indígenas.

Tramitam no STF, atualmente, 139 processos envolvendo questões indígenas. Durante o ano de 2006, foram julgados 70 processos que tratavam deste assunto.

Ações sobre matéria tributária e financeira

O STF decidiu dar preferência ao julgamento de ações com temas que envolvam matéria tributária e financeira. A decisão dos ministros atendeu ao anseio dos procuradores estaduais que atuam em Brasília. Os ministros concordaram com as ponderações de que as matérias tributárias e financeiras são essenciais para as administrações estaduais.

Padronização de Peças Processuais

Foi realizado encontro com os Procuradores dos estados que atuam em Brasília e com o Advogado-Geral da União, grandes clientes do Tribunal, para que apresentem proposta de padronização de peças processuais (tamanho do papel, largura das margens, fonte, etc) com vistas a imprimir celeridade à análise, nos mesmos moldes do que vem sendo feito por algumas Procuradorias. A medida, futuramente, pode vir a ser normatizada, tal como hoje ocorre com outros documentos oficiais (que tem parâmetros definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT).

A proposta de padronização foi levada à Ordem dos Advogados do Brasil em sessão ordinária do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, realizada em 09/10/2006. Daí resultou a formação de uma comissão para estabelecimento das Normas Técnicas de Petição, a serem adotadas pelos advogados e divulgadas pela OAB, podendo, no futuro, vir a constar do currículo das Faculdades de Direito.

Zerado o estoque de processos pendentes de protocolo

Foi zerado em 2006 o estoque de cerca de 19.000 processos que aguardavam desde dezembro de 2005 para serem protocolizados. Tal conquista reduziu o tempo entre a chegada do processo no Supremo e seu registro, que passou a ser imediato. Com isso as partes e advogados já podem acompanhar o registro dos processos na Corte após 24 horas da chegada dos autos no STF.

Redesenho do processo de trabalho da autuação

Para que os processos remetidos ao STF fossem imediatamente autuados, a Secretaria do Tribunal instalou força-tarefa e redesenhou o processo de trabalho de maneira a simplificar as atividades dos autuadores. Além disso, tem realizado acompanhamento diário da evolução da produtividade, identificando ações complementares a serem implementadas.

Também alterou-se a forma de distribuição de funções comissionadas para estimular o aumento de produtividade dos servidores daquela área.

O objetivo de tais alterações é zerar o estoque de processos registrados e não autuados a fim de que os autos possam ser imediatamente distribuídos ao Ministro Relator, atendendo ao disposto no inc. XV do art. 93 da CF.

Protocolo Avançado

Foram concluídas em 2006 as obras para transferência do Protocolo Avançado do 2º subsolo do Anexo II para a área externa do Anexo I, na via S2.

O novo local atende à demanda dos advogados, levantada por meio de pesquisa de satisfação, e propicia mais conforto, comodidade e agilidade aos usuários. Foram ampliados o espaço físico, o número de servidores, equipamentos disponíveis e o horário de atendimento, que passou a ser das 11h às 18h30.



Também foi ampliado o serviço prestado, uma vez que agora podem ser entregues autos que foram retirados em carga, desde que acompanhados de petições.

Revista Trimestral de Jurisprudência

A seleção dos acórdãos a serem publicados na Revista Trimestral de Jurisprudência (RTJ) do STF passou a ser feita por meio eletrônico e executada exclusivamente pelos Gabinetes dos Ministros.

Antes, a atividade era realizada de forma inteiramente manual, complexa e demorada por vários setores, gerando muitos gastos de material e exigindo vários dias para sua conclusão. Agora, o serviço é feito com ajuda de sistema informatizado, que permite aos gabinetes identificar em qual edição da RTJ determinado acórdão foi publicado.

O projeto virtual da RTJ amplia o acesso à publicação e economiza o valor dos custos de impressão e postagem de cerca de seis mil exemplares, hoje distribuídos a todos os órgãos do Poder Judiciário no País.

Sessão Administrativa na Antiga Sede do STF no Rio de Janeiro

Em 18 de setembro, ocorreu a oitava Sessão Administrativa, realizada na antiga sede do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro. Este fato marcou o retorno do mobiliário do plenário ao local para o qual fora projetado e onde a Corte realizou suas sessões entre 1909 até 1960.



Depois de firmado contrato de comodato entre o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, os móveis do plenário voltaram ao seu espaço original. No Rio de Janeiro, a antiga sede do STF pertence à Justiça Federal. O prédio, construído no início do século 20, foi inteiramente reformado.

Fez-se publicar uma plaquete comemorativa, contendo os discursos proferidos na ocasião. A Sessão foi transmitida ao vivo pela TV Justiça.

A data escolhida para a sessão correspondeu ao 178º aniversário de instalação do STF (18/09/1828), que absorveu as funções da antiga Casa de Suplicação do Brasil (10/05/1808 a 18/09/1828) e deu origem ao Supremo Tribunal Federal (28/02/1891). Na mesma data, celebrou-se o 60º aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1946, que fez retornar o país à regularidade institucional, após o período do Estado Novo.

Convenção de Haia

Em 14 de agosto, ocorreu a primeira reunião do “Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças”.

O grupo criado para estudar a convenção de Haia reúne representantes de agentes envolvidos na proteção de crianças e tem como objetivo formar um banco de dados central, onde qualquer pessoa possa obter dados referentes à convenção e possa esclarecer dúvidas a respeito do tema. O texto da convenção, comentado artigo por artigo pelo grupo de trabalho, vai estar disponível em breve no site do STF, assim

como a jurisprudência que já tenha se formado, tanto no Brasil quanto no exterior, a respeito da melhor aplicação da convenção de Haia.

A idéia é dar às autoridades de outros países signatários da Convenção de Haia, bem como aos Juízes brasileiros, acesso rápido e fácil às informações sobre estes processos, doutrina e jurisprudência nacional e do direito comparado.

No documento produzido em reunião do Grupo Permanente de Estudos formularam-se sete moções do interesse do país para a revisão da Convenção sobre a questão do seqüestro internacional de crianças.

No período de 30 de outubro a 09 de novembro ocorreu a 5ª Reunião Especial sobre a revisão da Convenção de Haia, durante a qual foi discutida a cooperação entre as autoridades centrais, a sua responsabilização nos processos de retorno da criança e como torná-los mais rápidos, além das funções específicas atribuídas ao órgão. Foi tratado o uso da mediação, a adoção dos guias de boas práticas, envolvendo o treinamento e educação dos profissionais envolvidos no procedimento de retorno da criança, dentre outros temas.

Três proposições brasileiras foram aprovadas pela Assembléia e serão adotadas como recomendações permanentes da Conferência. O material relativo ao 5º Encontro da Comissão Especial para rever a operacionalização da Convenção da Haia de 1980, pode ser acessado no site www.hcch.net.

Nova página de pesquisa na internet

Foi criada página comum para a pesquisa de decisões dos 91 Tribunais da Justiça Brasileira, o que dá simplicidade, eficiência, rapidez e transparência ao sistema judiciário. A padronização na pesquisa de Jurisprudência na Internet é uma mudança fundamental de paradigma de acesso e compartilhamento da informação.

Intercâmbio cultural com a Fundação Biblioteca Nacional

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Biblioteca Nacional, com objetivo de promover troca de experiências, informações e apoio tecnológico nas áreas de digitalização, restauração e preservação de documentos. O acordo envolve, ainda, a construção da biblioteca digital a partir do acervo da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, e a organização de eventos sobre esse tema.

A cooperação não envolve transferência de recursos orçamentários entre as duas entidades e tem vigência de dois anos.

Constituição de 192 Países

O STF tornou acessíveis aos seus servidores as constituições de 192 países por meio do site “Constitutions of the Countries of the World”. O objetivo é possibilitar um acesso ágil e fácil às versões atualizadas das publicações. O novo serviço também resolve a questão da periodicidade da versão em papel, que dependia das atualizações feitas pelos países, as quais só chegavam de mês em mês ao Tribunal. No total, a Biblioteca do STF recebia de oito a 12 edições por ano. Agora, o acesso ao banco de dados on-line é feito diretamente na *Intranet*.

TV Justiça

Em 08 de junho foi assinada, pelo Ministro das Comunicações, a consignação à TV Justiça de um canal aberto de transmissão, o canal 22 UHF de Brasília.

O sinal da TV Justiça está disponível desde 2002 apenas nas TVs por assinatura, mas, a partir deste canal aberto, o sinal poderá chegar a todas as cidades brasileiras, aumentando o número de telespectadores que têm acesso pelos meios convencionais e também pelos novos meios proporcionados pela revolução tecnológica e aproximando a Justiça da comunidade, atingindo não só o “público jurídico”, mas também os diversos segmentos da sociedade.



A TV Brasil – Canal Integración, primeiro canal público internacional do Estado brasileiro – cuja equipe é composta por representantes do STF, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Radiobrás – realizou coberturas fundamentais para a divulgação, o intercâmbio e, conseqüentemente, a integração dos poderes judiciários dos países da América do Sul, tais como: 4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, Fórum de Juízes do 1º Acampamento Binacional do Fórum Social Mundial; Fórum Internacional sobre as “Perspectivas do Direito e do Processo do Trabalho”; Reunião dos representantes do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, em Assunção/Paraguai; III Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul – Brasília – Brasil; Seminário Ibero-Americano sobre Conselhos de Justiça; XIV Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Novo site da TV Justiça

O site da TV Justiça foi totalmente reformulado, estando com layout diferente e com a nova logomarca da TV. Entre as novidades, estão as ferramentas de interação, como o chat com convidados e os questionários on-line para que o internauta avalie toda a programação da emissora.

O site da TV Justiça recebeu selo da Acessibilidade Brasil, organização que define parâmetros de acessibilidade dos sites brasileiros voltada para o desenvolvimento de estudos e projetos que privilegiem a inserção social e econômica das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Exposição “Supremo Tribunal Federal em Brasília”

Foi realizada, em maio, a exposição “Supremo Tribunal Federal em Brasília”, de autoria de Graça Seligman. Os painéis fotográficos mostravam os espaços que compõem o conjunto arquitetônico do Supremo, de autoria de Oscar Niemeyer, e faziam uma radiografia das formas externas dos edifícios do Tribunal em Brasília, além de seus espaços interiores, das atividades cotidianas da Instituição, das Sessões Plenárias, dos ministros e da equipe de servidores. Continha, ainda, fotos da galeria dos presidentes, Salão Branco, Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, Anexos II-A e B, fotos aéreas, desenhos de Oscar Niemeyer e fases da construção do STF, bem como registros de visitas ilustres.

Depois da capital federal, a exposição já foi apresentada no Rio de Janeiro, Vitória, Aracaju, Sergipe e Salvador.

Conservação e Restauração de Documentos

Com o objetivo de preservar a integridade do acervo documental, o STF implementou, no ano de 2006, a política de conservação e restauração de seus documentos. A medida se destina a assegurar a salvaguarda das coleções e restituir a dignidade e os valores estéticos e históricos dos documentos, devolvendo-lhes suas características originais.



O trabalho foi objeto da exposição “A Restauração no STF – Memória e Acesso”, que ficou aberta ao público de 18 de outubro a 20 de novembro de 2006. O evento permitiu mostrar os livros e processos restaurados, apresentar as técnicas e equipamentos utilizados, bem como todo o passo a passo da restauração.

Resumo de decisões do STF no site em outros idiomas

Foi assinado convênio entre o STF e a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), para oferecer resumos de decisões do Tribunal no site em outros idiomas. O objetivo é divulgar, a pessoas que não compreendam o idioma português, por meio de um banco de dados eletrônico, a jurisprudência constitucional brasileira.

As decisões que tenham relevância internacional como os julgamentos sobre extradições, privatizações, investimentos, direitos fundamentais e questões de interesse de outros países, serão selecionadas pelo próprio STF.

Já se encontram disponíveis, no site, versões para o inglês, o francês e o espanhol.

Perfil Jurídico de Ministros

Em 2006, foi proposta uma parceria com a Academia Brasileira de Letras (ABL) para a publicação da série “Memória Jurisprudencial”, que já conta com o apoio do Senado Federal, por sua gráfica.

Na celebração da parceria, foi entregue ao presidente da ABL, Ministro Marcos Vileça, a primeira versão do perfil jurídico dos ministros Aliomar Baleeiro e Victor Nunes Leal.

“Memória Jurisprudencial” é o título da série de livros que irá traçar o perfil jurídico de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da análise de seus julgados. A intenção é resgatar o teor das decisões mais relevantes dos ministros, as quais ajudaram a construir a jurisprudência do STF e influenciaram na consolidação da ordem jurídica do país.

Os dois primeiros volumes encontram-se em fase de impressão e serão publicados em breve.

4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul

Em continuidade às reuniões do Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul e Associados, institucionalizado pela Carta de Brasília, firmada em novembro de 2004, realizou-se nos dias 23 e 24 de novembro a quarta edição do Encontro de Cortes Supremas do Mercosul. Sediado em Brasília, o fórum é composto pelos presidentes das supremas cortes da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, além de associados e convidados.



Entre os objetivos do Foro, destaca-se o incentivo à participação dos Poderes Judiciários nacionais no aperfeiçoamento institucional do bloco.

Durante os painéis apresentados, foram abordados o regulamento das solicitações de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul; o papel do Parlamento do Mercosul na incorporação e efetividade normativas; o regulamento das solicitações de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e a Integração e segurança jurídica: o papel dos juízes

No encerramento do 4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul no STF foi assinada uma declaração conjunta, na qual os signatários registraram seu contentamento pela presença e participação dos presidentes e magistrados dos Tribunais Supremos e Constitucionais da América do Sul e de Portugal e, como convidados, os presidentes dos Tribunais Constitucionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento também recomenda à comunidade jurídica do Mercosul a divulgação da normativa do bloco e os debates para a solução de controvérsias.

Intercâmbio com Países de Língua Portuguesa

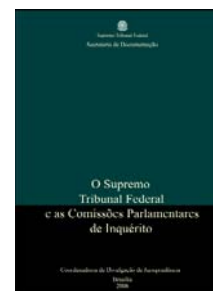
Ainda durante o 4º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, foi celebrado o Acordo de Cooperação para Intercâmbio de Informações e de Publicações de matérias jurídicas, por meio da utilização de um banco de dados comum a ser alimentado pelas Cortes Constitucionais da CPLP: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O banco de dados estará disponível na página do STF, via internet, com acesso restrito aos países participantes, que se comprometem em manter o banco de dados atualizado com o envio regular e constante de informações, publicações e jurisprudência.

Acordos culturais

Foi assinado convênio com a Fundação Casa de Rui Barbosa, com o objetivo de conversão digital da coleção *Obras Completas de Rui Barbosa*.

O Tribunal lançou, ainda, o livro *O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*, impresso em parceria com o Senado Federal. Além da publicação impressa, a obra está disponível no site do STF na internet.



Inclusão de deficientes

O Tribunal deu mais um importante passo para a inserção social das pessoas portadoras de deficiência física, com a contratação, desde meados de outubro, de um estagiário portador de deficiência física.

O foco dessa iniciativa foi promover a inclusão e a profissionalização e a iniciativa abriu um importante precedente para o STF, pois é uma forma de incentivar a adesão do Tribunal ao Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, de autoria do Governo Federal.

Tecnologia da Informação

Em 2006, o Supremo continuou promovendo investimentos em tecnologia da informação.

Trata-se da aquisição de um sistema de armazenamento de dados corporativos (o *storage*), e uma sala cofre. A aquisição da sala cofre é fundamental para propiciar um ambiente seguro para o CPD, garantindo o funcionamento dos equipamentos de informática e a integridade das informações armazenadas, mesmo diante de circunstâncias adversas como falta de energia, incêndios, inundações, dentre outras. A sala conterà sistema de climatização, controle de detecção e combate a incêndio, alimentação elétrica redundante e paredes e portas corta-fogo.

Os novos investimentos estão em fase de licitação e darão mais agilidade e segurança aos recursos disponibilizados aos usuários.

"Conip-Jud" (Conip do Judiciário)

Realizou-se em Brasília, nos dias 18 e 19 de setembro/2006, o CONIP-JUD que abriu oportunidade para inovação e informática pública - vertical Judiciário.

O evento reuniu aproximadamente 200 participantes, dentre representantes da área de Tecnologia da Informação, operadores do direito e magistrados de praticamente todos os segmentos do Judiciário Brasileiro.

O objetivo é dar continuidade em 2007, promovendo o Conip-Jud com abrangência internacional, com vistas a uma maior interação entre o Judiciário Brasileiro e a Tecnologia da Informação.

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O Supremo Tribunal Federal recebeu o primeiro lugar em cinco categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2006, divulgados no dia 16 de novembro durante o II Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom 2006), a saber:

- 1 – **STF em Notícias**, melhor veículo interno de Comunicação Virtual do Judiciário;
- 2 – **Projeto Sexta na Praça**, na Categoria Identidade Visual;
- 3 – **Agenda Ambiental do STF**, na Categoria Intranet;
- 4 – **Programa “A Justiça vem a bordo”**, na Categoria Programa de TV;
- 5 – **TV Brasil – Canal Integración**, na Categoria Inovação.



Plano Estratégico para o Biênio 2006-2008

O Plano Estratégico do Supremo Tribunal Federal contempla as principais orientações para o biênio 2006-2008, visando otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

O Plano traduz a estratégia de atuação do Tribunal e constitui importante instrumento que cria sistemática pela qual se pode avaliar o desempenho da instituição e de suas unidades, com padrões de desempenho para os gestores. Descreve a missão e visão de futuro desta Corte, elementos indispensáveis para orientar as atividades do STF e garantir o bom desempenho de suas competências. Destacam-se, ainda, os objetivos estratégicos, principais pontos de atuação para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

Sua importância e valor residem no fato de identificar, de forma objetiva, as ações institucionais que devem ser adotadas para que o Supremo Tribunal Federal possa enfrentar seus desafios e cumprir sua missão.

Racionalização de Custos

O STF concluiu o desenvolvimento de um modelo de apropriação de custos, idealizado com utilização de técnicas tradicionais a serem posteriormente associadas à metodologia denominada ABC – custeio baseado em atividades. O objetivo do modelo é quantificar o custo de cada processo em trâmite no STF desde o seu protocolo até a sua conclusão.

Pretende-se que este sistema seja uma das ferramentas de gestão indispensável a qualquer projeto de racionalização que a Administração venha a implantar nas atividades que perpassam toda a estrutura organizacional, com base em levantamentos que já se iniciaram em vários estudos concluídos.

Reorganização administrativa

Foi promovida reorganização administrativa na Secretaria do Tribunal com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional, imprimir mais velocidade ao trâmite processual, dotar o STF de estrutura adequada à nova realidade legislativa, bem como incentivar os servidores no desempenho de suas funções.

O trabalho envolveu, ainda, transformação e redistribuição de cargos e funções comissionadas com vistas a promover os ajustes e obter os resultados esperados da reorganização administrativa.

Dentre as alterações realizadas, destacam-se o restabelecimento da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e o fortalecimento da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

A SRH passou a ter fundamental importância com a edição do novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, que instituiu o Programa Permanente de Capacitação destinado à formação e ao aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para o desempenho de atribuições de maior complexidade e responsabilidade.

A STJ terá especial participação no alcance dos resultados almejados pelo Tribunal, em especial: implementar maior celeridade processual, com melhorias no serviço prestado; implantar o processo eletrônico e a certificação digital; além de desenvolver sistemas internos.

Capacitação de Servidores

Visando ao aprimoramento da capacitação profissional de seus servidores o Supremo, proporcionou a realização de vários eventos e cursos ao longo deste ano. Em 2006 foram realizados, 16 eventos internos e 95 eventos externos, sendo capacitados um total de 397 servidores.

Criação de Cargos

Foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei que cria, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, 185 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e 77 de Técnicos Judiciário. Na elaboração do PL foram identificados os postos de trabalho terceirizados que, pela característica da atividade desenvolvida, devem ser providos por ocupantes de cargos efetivos. Foram considerados, também, o levantamento da necessidade de analistas e técnicos judiciários realizado junto aos gestores das unidades, bem como a nova estrutura orgânica proposta para esta Corte.

Agenda Ambiental

A Agenda Ambiental STF é o programa que cuida da inserção de critérios ambientais no Tribunal, visando minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais. Neste ano de 2006 foram realizadas visitas nas áreas do Tribunal para diagnosticar a situação interna das questões ambientais no trabalho, levantando dados, informações e fotos para a avaliação e monitoramento do programa a fim de elaborar também um prognóstico com medidas de adequação, além de uma pesquisa com o objetivo de avaliar o grau de conhecimento e envolvimento dos entrevistados com o Programa Agenda Ambiental e iniciar um processo de revitalização com ações efetivas que contribuam para a conscientização.



Durante o ano de 2006 foram arrecadados mais de 11.000 Kg de material reciclável, no evento “Coleta em Casa”; foram doados, à Cooperativa 100 Dimensão, 4.104 Kg de resíduos sólidos; doados à Associação Amigos do Futuro, 558 cartuchos de impressora e descartadas corretamente 8.200 lâmpadas.

8º STF-Mix

O STF-Mix é um evento realizado anualmente, em homenagem ao Dia do Servidor, em que os servidores têm a oportunidade de expressar seus talentos em diversas áreas como fotografia, pintura, artesanato, teatro e música. Em 2006, a 8ª versão do evento, teve como tema “Superação – A arte de recriar-se”.



Visitas Oficiais

Durante o ano de 2006, o Tribunal recebeu a visita de diversas autoridades, das quais se destacam:

- Néstor Kirchner, Presidente da Argentina;
- Pawel Kulpiowski, embaixador da Polônia;
- delegação de juristas da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- Michelle Bachelet, Presidente do Chile, e ministro Enrique Tápia Witting, Presidente da Corte Suprema do Chile;
- Mohammed Bedjaoui, Ministro das Relações Exteriores da Argélia;
- Ricardo Peidró, Embaixador da Espanha;
- Yousuf Al-Usaimi, Embaixador dos Emirados Árabes;
- D. Juan Fernando López Aguilar, Ministro da Justiça da Espanha;
- Jacques Chirac, Presidente da República Francesa;
- Jong-Hwa Choe, Embaixador da Coreia;
- José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, primeiro-Ministro de Portugal;
- Chen Duqing, Embaixador da China;
- caciques Raoni Metyktire, Megaron Tchucarramãe, Moycara Metyktire, Paiê Caiabi, acompanhados pelo antropólogo José Borges Gonçalves Filho;
- Fernando O'Phelan Perez, presidente do Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Justiça (Projusticia) do Peru;
- Alan García Pérez, presidente da República do Peru.

Visitas às instâncias do Judiciário

Iniciou-se, em 2006, uma série de visitas para conhecer a estrutura da Justiça e de órgãos auxiliares nos estados. Ocorreram visitar os tribunais locais, a OAB, o Ministério Público e o governo do Estado. Já foram visitados os estados do Acre, Rondônia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará. O objetivo foi aproximar as instituições do STF para que o trabalho judicial seja realizado com maior eficácia.

Funções comissionadas e Cargos em Comissão

A situação, em 31/12/2006, das funções comissionadas e dos cargos em comissão em relação a seus ocupantes é a constante do quadro abaixo:

SITUAÇÃO	CARGOS EM COMISSÃO CJ	FUNÇÕES COMISSIONADAS FC
Carreiras do Poder Judiciário da União	58,60%	93,36%
Vínculo efetivo com a Administração Pública	7,02%	2,70%
Sem vínculo efetivo com a Administração Pública	29,93%	0%
Vagos	4,45%	3,94%

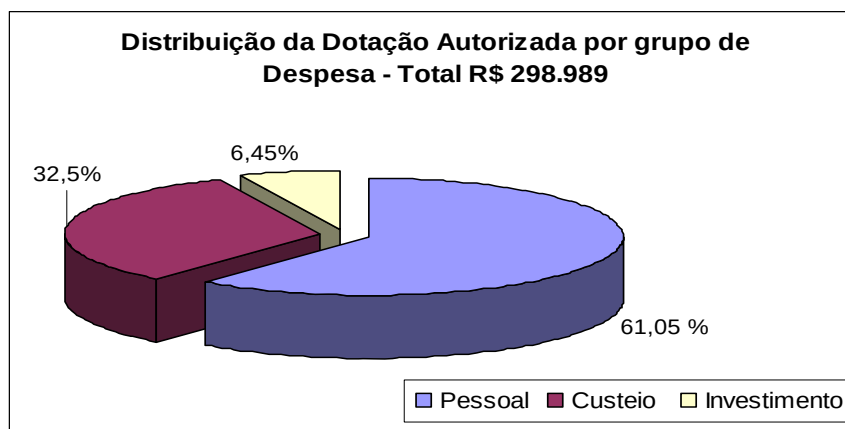
O ORÇAMENTO DO STF

Da proposta orçamentária

Foi aprovada, por unanimidade, pelos Excelentíssimos Senhores Ministros, a proposta orçamentária de R\$ 301.779 mil, elaborada atendendo às diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA 2004/2007 (Lei nº 11.318/06-Revisão) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2006 (Lei nº 11.178/05). Ao ser apreciada no Congresso Nacional, sofreu ajustes, sendo consignados ao Supremo Tribunal Federal na Lei nº 11.306/2006 (Lei Orçamentária Anual), recursos da ordem de R\$ 299.988 mil.

No final do exercício, computados os créditos adicionais e deduzidos as provisões e os contingenciamentos, o orçamento autorizado do Tribunal foi de R\$ 298.989 mil. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma:

- R\$ 182.537 mil para o grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”;
- R\$ 97.172 mil para “Outras Despesas Correntes”; e
- R\$ 19.280 mil para o grupo “Investimentos”.

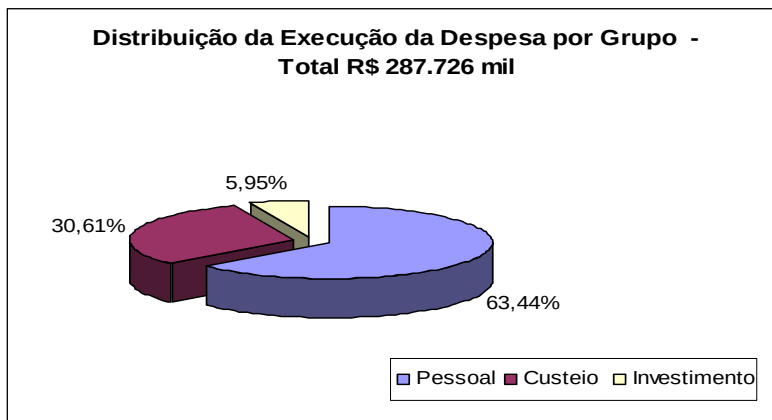


Em cumprimento a disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), foi efetuada limitação de empenho e de movimentação financeira nas despesas de custeio e de capital no valor de R\$ 4.422 mil, correspondente a 29,7% da base contingenciável (§ 2º do art. 76 da Lei nº 11.178/05-LDO-2006). Posteriormente houve descontingenciamentos por parte do Poder Executivo no valor total de R\$ 1.704 mil, restando um contingenciamento de R\$ 2.718 mil no Projeto de “Recuperação e Modernização das Instalações Físicas do STF”.

Assim, para efeito de apuração da utilização dos recursos orçamentários e dos demais indicadores de gestão, esse valor será desconsiderado, pois sua utilização foi impedida por fatores externos à programação orçamentária.

Da utilização dos Recursos Orçamentários

A eficiência na gestão dos recursos orçamentários colocados à disposição do Supremo Tribunal Federal ficou evidente por meio do percentual de execução orçamentária de 96,23%. Do total dos recursos, foram empenhados R\$ 287.726 mil, restando um saldo de R\$ 11.263 mil, ou seja, 3,77%, que representam uma economia efetiva para os cofres públicos.



Contratações por meio de certames licitatórios ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação

Após a liberação do orçamento de 2006, iniciaram-se os procedimentos necessários para a execução dos Programas de Trabalho, tendo sido emitidos empenhos para os contratos com vigências advindas de exercícios anteriores e para aqueles resultantes de certames licitatórios realizados no exercício de 2006 ou de contratações diretas, conforme disciplina a Lei nº 8.666/93.

O Tribunal, no intuito de manter o seu bom funcionamento, providenciou a assinatura de termos aditivos nos casos permitidos em lei, firmou novos contratos e convênios e realizou diversas aquisições no exercício de 2006. Esses procedimentos foram efetivados mediante licitação e por contratação direta, nas hipóteses e formas previstas na Lei de Licitações e Contratos. Convém ressaltar que, para todas as contratações, foram designados servidores do Supremo como gestores, com o objetivo de acompanhar a execução, bem como foram promovidas as respectivas publicações das compras e contratações no Diário Oficial da União e na Internet, conforme determinações do Tribunal de Contas da União.

Os procedimentos licitatórios foram conduzidos pelas Comissões Permanente e Especial de Licitação, devidamente instituídas, as quais têm por objetivo receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

No que se refere às licitações na modalidade Pregão, foram designados os Pregoeiros e equipes de apoio.

No exercício de 2006, foram realizadas 104 (cento e quatro) licitações, excluídas as consideradas desertas, repetidas, suspensas, anuladas e revogadas, em

conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, e processadas com a devida análise da Assessoria Jurídica, nas seguintes modalidades: Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão.

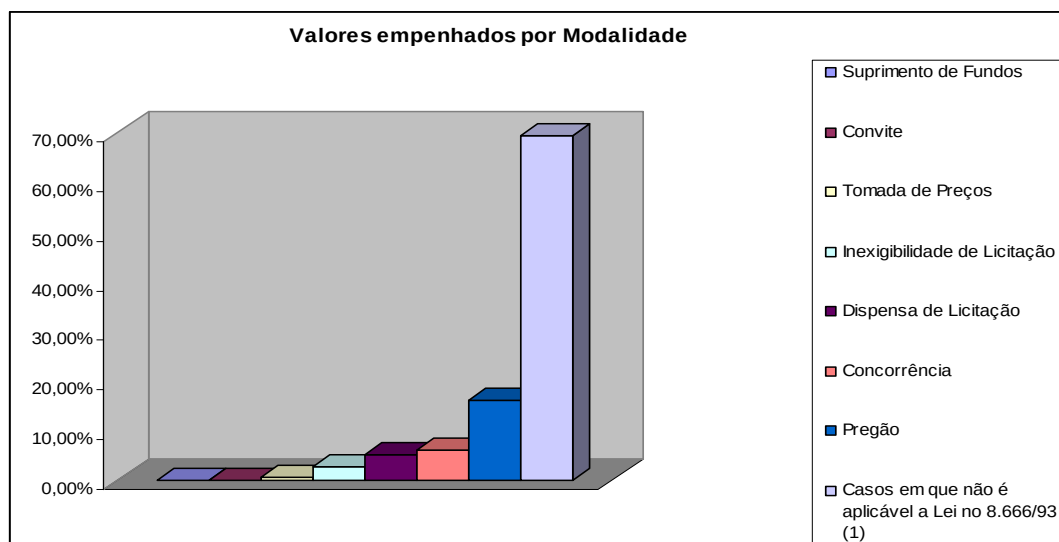
Além disso, foram realizados serviços e compras por dispensa e inexigibilidade de licitação e por suprimento de fundos, distribuídos nos diversos Programas de Trabalho.

Cabe ressaltar que algumas contratações foram realizadas com dispensa de licitação, nos casos de despesas de pequeno vulto e em que se obtiveram, no mínimo, três propostas para comparação dos preços de mercado, seguindo orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União.

Os recursos orçamentários do exercício de 2006 foram utilizados por meio de Notas de Empenho, emitidas para contemplar contratações realizadas em exercícios anteriores com previsão de prorrogação da vigência do ajuste, as quais foram resultantes de certames licitatórios ou contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da lei), bem como para as contratações realizadas no exercício de 2006, resultantes, também, de certames licitatórios ou de contratações diretas, conforme quadro abaixo:

Valores empenhados durante o exercício de 2006

Modalidade	Valor	Percentual (%)
Convite	209.832,86	0,07
Tomada de Preços	1.459.192,75	0,51
Concorrência	17.386.567,05	6,04
Dispensa de Licitação	14.436.753,58	5,02
Inexigibilidade de Licitação	7.553.400,17	2,63
Pregão	46.546.313,82	16,18
Suprimento de Fundos	68.970,63	0,02
Casos em que não é aplicável a Lei nº 8.666/93 (1)	200.065.031,25	69,53
TOTAL	287.726.062,11	100,00



Dos Restos a Pagar inscritos em 2005

Em 31 de dezembro de 2005, foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 44.001 mil, do qual foi pago o valor de R\$ 35.496 mil, tendo sido cancelado o valor de R\$ 8.495 mil, conforme demonstrativo abaixo:

AÇÃO	RP-INSCRITO¹	RP-PAGO¹	RP-CANCELADO	SALDO
Contribuição da União para Custeio da Previdência	721.968,82	-	721.968,82	-
Apreciação e Julgamento de Causas	22.446.207,33	16.205.959,80	6.240.247,57	-
Recuperação. e Modernização das Instalações do STF	4.204.856,25	4.158.978,61	45.877,64	-
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação	5.242.998,64	5.122.453,76	120.544,88	-
Instalação do Conselho Nacional de Justiça	46.236,32	-	46.236,32	-
Interligação Informatizada do Poder Judiciário	5.811.956,28	5.203.420,11	599.011,17	9.525,00
Capacitação de Recursos Humanos	201.379,30	139.141,21	59.850,09	-
Comunicação e Divulgação Institucional	3.416.278,34	3.015.978,07	400.300,27	-
Implantação do Canal de Televisão Internacional	115.134,87	43.564,09	71.570,78	-
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados	999.535,89	938.482,97	63.440,92	-
Auxílio Alimentação dos Servidores e Empregados	1.391,64	-	1.391,64	-
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	36.289,51	-	36.289,51	-
Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores	52.908,00	-	52.908,00	-
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	703.539,93	667.742,94	35.796,99	-
	44.000.681,16	35.495.721,56	8.495.434,60	9.525,00

¹ Na execução dos restos a pagar foram consideradas na inscrição e no pagamento as retenções, processadas de outros exercícios, e a conta débitos diversos a pagar.

Dos Restos a Pagar inscritos em 2006

Em 31 de dezembro de 2006, foi inscrito na Conta Restos a Pagar o valor de R\$ 37.463 mil, sendo inscrito na conta Restos a Pagar Não-Processados o valor de R\$ 30.243 mil e na conta Restos a Pagar Processados, o valor de R\$ 7.220 mil, assim distribuídos:

Conta Restos a Pagar Não-Processados

Programa de Trabalho	Valor dos Restos a Pagar Inscrito
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	308.597,19
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	20.036.572,13
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	1.639.049,59
Auxílio-Alimentação (Atividade)	112.089,79
Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	1.632.380,26
Auxílio-Transporte (Atividade)	19.400,00
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	41.918,57
Implantação do Canal de TV Internacional (Projeto)	32.833,49
Aposentadoria e Pensões (Atividade)	-
Recuperação e Modernização das Instalações do STF	5.673.724,31
Contribuição da União p/ Custeio da Previdência (Atividade)	521.054,89
Interligação de Sistema Integrado de Gestão (Projeto)	225.096,00
TOTAL	30.242.716,22

Conta Restos a Pagar Processados

Programa de Trabalho	Valor dos Restos a Pagar Inscrito ¹
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	5.773.591,86
Interligação de Sistema Integrado de Gestão (Projeto)	11.475,29
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	5.615,52
Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	877.869,91
Aposentadoria e Pensões (Atividade)	364.114,47
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	188.115,01
TOTAL	7.220.782,06

¹ Não foi considerada a inscrição das retenções como restos a pagar processados.

Execução dos programas de trabalho

O orçamento do Supremo Tribunal Federal é composto de dois programas:

- “Previdência de Inativos e Pensionistas da União”, que agrega a ação “Pagamento de Aposentadorias e Pensões”; e
- “Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal”, que engloba todas as ações administradas pelo órgão.

As ações que compõem os respectivos programas são as especificadas a seguir:

1 - Apreciação e Julgamento de Causas

Nesta ação são efetuados todos os gastos com pessoal ativo e os demais encargos da folha de pagamento. É uma ação que está intimamente ligada à atividade finalística do órgão, pois, para o fornecimento de seus serviços, tem como insumo essencial a mão-de-obra de seus Ministros e servidores.

Essa ação teve dotação inicial de R\$ 167.281 mil. Com os ajustes realizados (créditos adicionais e provisões) houve acréscimo líquido da ordem de R\$ 3.690 mil, que resultou em um montante de R\$ 170.971 mil. Desses, R\$ 98.148 mil foram utilizados para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 72.823 mil para as despesas de manutenção administrativa e investimentos do órgão.

Houve a necessidade de suplementação de crédito no valor de R\$ 12.100 mil para as despesas com pessoal e encargos sociais, em função da aprovação da reestruturação da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006).

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.061.0565.6359.0001 – Apreciação e Julgamento de Causas

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplementação/ Cancelamento	Provisão Recebida/ Concedida	Dotação	Execução		Previsão	Execução da Meta	
Inicial			Final	Valor	%	da Meta	Quant.	%
167.281.592	8.448.500	-4.758.264	170.971.828	165.884.263	97%	85.000	126.000	148%

*Processo julgado (unidade)

A expressiva variação entre a previsão da meta física e sua efetiva execução é explicada pelo aumento substancial da demanda pela prestação jurisdicional registrada nos últimos anos, para a qual este Tribunal vem adotando medidas para diminuição do estoque de processos, como a contratação de novos servidores e o constante aprimoramento na capacitação de seus recursos humanos, visando à adequada satisfação dos anseios da sociedade pelos serviços prestados pelo órgão.

2 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Essa ação teve previsão inicial de R\$ 70.610 mil, houve cancelamento no valor de R\$ 2.500 mil, em favor do pessoal ativo, restando uma dotação final de R\$ 68.110 mil. Foram executados com despesas de proventos de aposentadorias e pensões o valor de R\$ 68.110 mil, correspondendo a 100% do valor autorizado.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
09.272.0089.0396.0001 – Pagamento de Aposentarias e Pensões

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemen- tação	Cance- lamento	Dotação	Execução		Previsão	Execução da Meta	
Inicial			Final	Valor	%	da Meta	Quant.	%
70.610.276	-	-2.500.000	68.110.276	68.110.276	100%	487	470	96%

3 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Para essa ação, foram alocados recursos da ordem de R\$ 6.635 mil para custear o benefício para 933 servidores.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.306.0565.2012.0001 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemen- tação	Cance- lamento	Dotação	Execução		Previsão	Execução da Meta	
Inicial			Final	Valor	%	da Meta	Quant.	%
7.235.146	-	-600.000	6.635.146	6.635.146	100%	1031	933	90%

*Servidor beneficiado (unidade)

4 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Para essa ação, foi destinado o valor de R\$ 369 mil para financiar o Auxílio Transporte a 373 servidores que optaram pelo benefício.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.331.0565.2011.0001 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação Inicial	Suplementação	Cancelamento	Dotação Final	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
				Valor	%		Quant.	%
268.800	100.000	-	368.800	368.800	100%	382	373	98%

*Servidor beneficiado (unidade)

5 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Para esse benefício, foram destinados R\$ 1.145 mil para atender a 221 dependentes de servidores de 0 a 6 anos de idade.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.365.0565.2010.0001 – Assistência Pré-escolar aos Servidores e Empregados

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação Inicial	Suplementação	Cancelamento	Dotação Final	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
				Valor	%		Quant.	%
1.144.579	-	-	1.144.579	1.139.579	99%	249	221	89%

* Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade).

6 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes

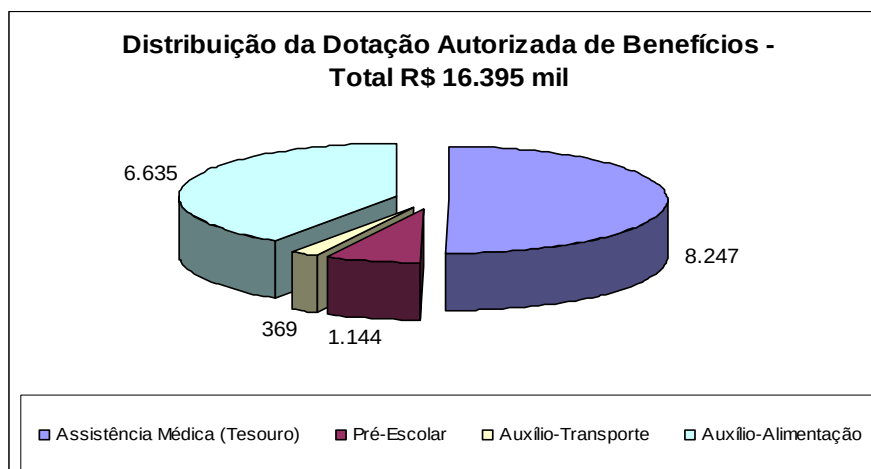
Os recursos alocados nessa ação foram de R\$ 8.420 mil, destinados a complementar o custeio do Plano de Assistência Médica e Odontológica do Programa STF-Med dos Ministros e servidores do Supremo Tribunal Federal.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.301.0565.2004.0001 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação Inicial	Suplementação/Cancelamento	Provisão Concedida Recebida	Dotação Final	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
				Valor	%		Quant.	%
7.337.493	909.414	173.376	8.420.283	8.405.633	99,82%	7.506	3.699	49,28%

(1) Provisão recebida

* Pessoa beneficiada (unidade).



7 – Capacitação de Recursos Humanos

Essa ação foi contemplada com recursos no valor de R\$ 880 mil, dos quais foram utilizados R\$ 819 mil, no Programa de Capacitação de 798 dos servidores do Supremo Tribunal Federal.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.128.0565.4091.0001 – Capacitação de Recursos Humanos

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação Inicial	Suplemen- tação	Cance- lamento	Dotação Final	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
				Valor	%		Quant.	%
800.000,00	80.000	-	880.000	819.157	93%	850	798	94%

* Servidor capacitado (unidade).

8 – Comunicação e Divulgação Institucional

Nessa atividade, foram previstos recursos da ordem de R\$ 16.756 mil, dos quais foram utilizados R\$ 13.080 mil na divulgação institucional do Supremo Tribunal Federal e do Poder Judiciário da União, que compreende o financiamento das ações da TV e Rádio Justiça.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.131.1389.2549.0001 – Comunicação e Divulgação Institucional

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação Inicial	Suplemen- tação/ Cancela- mento	Provisão Recebida/ Concedida	Dotação Final	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
				Valor	%		Quant.	%
14.784.069	1.471.500	500.000	16.755.569,00	13.079.758,09	78 %	32.000	28.298	88 %

(¹) Provisão recebida

* Matéria Veiculada

9 – Implantação do Canal Internacional de Televisão

Esse projeto prevê a implantação do Canal Internacional de Televisão em parceria com a RADIOBRAS, Câmara dos Deputados e Senado Federal, cabendo ao Supremo Tribunal Federal a parcela de 10% e aos outros co-participes respectivamente, 50%, 20% e 20%. Neste exercício foram alocados R\$ 900 mil, dos quais foram executados apenas R\$ 38 mil.

A baixa execução neste projeto deve-se a dificuldades encontradas nos procedimentos de importação dos equipamentos para operação do canal internacional.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.722.1032.7134.0001 – Implantação do Canal Internacional de Televisão

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemen-	Cance-	Dotação	Execução		Previsão	Execução da Meta	
Inicial	Tacão	lamento	Final	Valor	%	da Meta	Quant.	%
500.000,00	400.000,00	-	900.000,00	38.129,85	4,24%	43%	3,43	8%

* Percentual previsto para execução do projeto no exercício.

10 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação – E-jus

Nesse projeto está prevista a implantação de sistemas informatizados, que contribuam para aumentar a agilidade da prestação jurisdicional, por meio da aplicação de tecnologia da informação e de comunicações de ponta, proporcionando rapidez nos procedimentos e decisões jurídicas para os magistrados, advogados e profissionais atuantes na área do Judiciário; aumentar a cobertura e o acesso da prestação jurisdicional, em novas bases tecnológicas, mediante arranjos institucionais mais flexíveis e uma base territorial mais abrangente, proporcionando maior alcance da Justiça para todas as localidades do país e maior aproximação entre o Estado e a Sociedade Civil; aumentar a transparência nos atos, decisões e informações para todos interessados a custos razoáveis, mediante a divulgação em tempo real de atos e fatos e o estabelecimento de formas inovadoras de relacionamento e interlocução com segmentos envolvidos na prestação jurisdicional (desde advogados até o público em geral).

Para tanto foram previstos recursos da ordem de R\$ 5.385 mil, os quais foram provisionados para o Conselho Nacional de Justiça que é o órgão gestor do projeto em âmbito nacional.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho
02.126.0565.1C15.0001 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no STF

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemen-	Provisão	Dotação	Execução		Previsão	Execução da Meta	
Inicial	Tacão/ Cancel.	Recebida Concedida	Final	Valor	%	da Meta	Quant.	%
5.385.443	-	-4.352.736	1.032.707	1.032.707	100%	50%	49	100%

* Sistema Implantado

11 – Contribuição da União para o Custeio de Previdência Social dos Servidores

Nessa ação, foram previstos recursos para a contribuição da União no custeio da previdência social do servidor público referente à obrigação patronal, tendo sido previstos recursos da ordem de R\$ 16.278 mil, os quais foram executados em sua totalidade.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho

02.122.0565.9HB.0001 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemen-	Cance-	Dotação	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
Inicial	Tacão	lamento	Final	Valor	%		Quant.	%
16.130.752,00	147.000,00	-	16.277.752,00	16.277.752	100%	-	-	-

12 – Recuperação e Modernização das Instalações Físicas do STF

Nessa ação, foram previstos recursos para a recuperação e modernização das instalações físicas do STF, tendo sido previstos recursos da ordem de R\$ 7.492 mil, os quais foram executados R\$ 5.935 mil, tendo sido contingenciados R\$ 2.718 mil, motivo pelo qual não foi possível a utilização total dos recursos.

Resumo da Execução do Programa de Trabalho

02.122.0565.11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal

Execução Orçamentária (R\$1,00)						Execução Física*		
Dotação	Suplemenção/	Contingen-	Dotação	Execução		Previsão da Meta	Execução da Meta	
Inicial	Cancelamento	ciamento	Final	Valor	%		Quant.	%
8.510.073	1.700.000	-2718.056	7.492.017	5.934.861	79%	50%	35%	70%

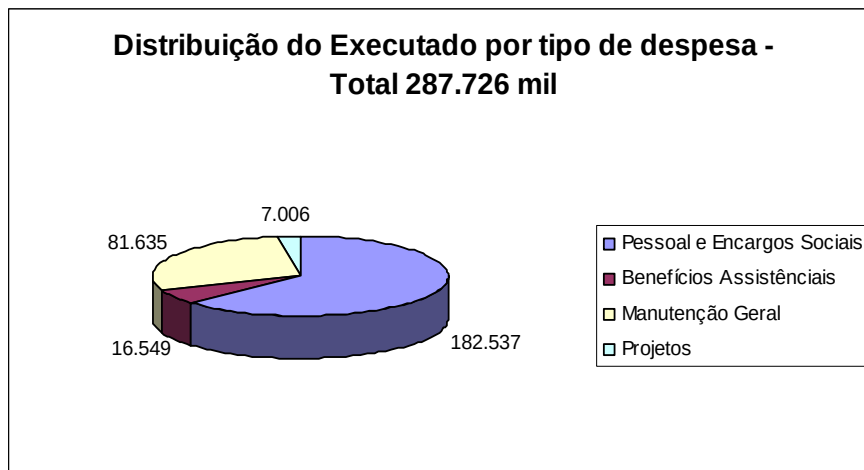
13 – Resumo da Execução Geral do Orçamento

No relatório apresentado fica claro o bom desempenho da Administração em sua execução orçamentária e financeira. De uma forma geral, podemos afirmar que os programas de trabalho tiveram desempenho dentro da expectativa. Dos R\$ 298.989 mil, foram executados R\$ 287.726 mil, o que correspondente a 96,23% de utilização, conforme mostra o quadro a seguir:

Demonstrativo da Execução Orçamentária Total

R\$ Mil

Dotação Autorizada	Utilizado		Não Utilizado	
	Valor	%	Valor	%
298.989	287.726	96,23	11.263	3,76



Indicadores de Gestão

São instrumentos que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão.

Os indicadores referentes à execução das metas constantes do Plano de Trabalho do Tribunal estão representados no Anexo a este Relatório.

Os índices de gestão referentes ao orçamento, após as devidas consultas ao SIAFI, são os que seguem:

I – Equação nº 1 – Índice de utilização orçamentária:

$$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Despesa Autorizada}^2} = \frac{287.726.062}{298.988.956} = 96\%$$

² Deduzido o valor contingenciado.

II – Equação nº 2 – Índice de utilização orçamentária por Ação:

$$\frac{\text{Despesa Realizada (por Atividade)}}{\text{Despesa Autorizada}^2 \text{ (por Atividade)}}$$

² Deduzido o valor contingenciado (despesa autorizada).

a) Capacitação de Recursos Humanos

$$\frac{819.158}{880.000} = 93\%$$

b) Apreciação e Julgamento de Causas

$$\frac{165.884.263}{170.971.828} = 97\%$$

c) Pagamento de Aposentadorias e Pensões

$$\frac{68.110.276}{68.110.276} = 100\%$$

d) Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação

$$\frac{1.032.706}{1.032.706} = 100\%$$

e) Auxílio-alimentação

$$\frac{6.635.146}{6.635.146} = 100\%$$

f) Auxílio-transporte

$$\frac{368.800}{368.800} = 100\%$$

g) Assistência pré-escolar aos dependentes

$$\frac{1.139.579}{1.144.579} = 99,6\%$$

h) Assistência médica e odontológica

$$\frac{8.405.633}{8.420.283} = 99,8\%$$

i) Comunicação e Divulgação Institucional

$$\frac{13.079.758}{16.755.569} = 78\%$$

j) Implantação do Canal de TV Internacional

$$\frac{38.130}{900.000} = 4,2\%$$

k) Recuperação e Modernização das Instalações do STF

$$\frac{5.934.861}{7.492.017} = 79\%$$

l) Contribuição da União p/ Custeio da Previdência

$$\frac{16.277.752}{16.277.752} = 100$$

III – Equação nº 3– Índice de Inscrição na Conta Restos a Pagar:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{Restos a Pagar} \\ \text{Inscritos} \end{array}}{\begin{array}{c} \text{Despesa} \\ \text{Empenhada} \end{array}} = \frac{37.463.498}{287.726.062} = 13\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução no exercício de 2007.

IV – Equação nº 4 – Índice de Restos a Pagar Inscritos em 2005 e Pagos:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{Saldo de Restos} \\ \text{Pagos} \end{array}}{\begin{array}{c} \text{Restos a Pagar} \\ \text{Inscritos} \end{array}} = \frac{35.495.722}{44.000.681} = 80,7\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução em 2006.

V – Equação nº 5 – Índice de Restos a Pagar Inscritos em 2005 e não Pagos:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{Restos a Pagar Inscritos e} \\ \text{Não Pagos} \end{array}}{\begin{array}{c} \text{Restos a Pagar Inscritos} \end{array}} = \frac{5.504.960}{44.000.681} = 12,5\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução em 2006.

VI – Equação nº 6 – Índice de Despesas Diretas com Pessoal:

$$\frac{\text{Aplicações Diretas Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesas Correntes e de Capital}} = \frac{182.536.659}{287.726.062} = 63,4\%$$

Verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Presidente do Supremo Tribunal Federal tornou público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2006.

Patrocínio e Financiamento

O Supremo Tribunal Federal não patrocina entidades fechadas de previdência privada, bem como não mantém projeto ou programa financiado com recursos externos.

Cartão Corporativo

O Tribunal não fez uso de cartão de crédito corporativo para pagamento de despesas, nem realização de saques no ano de 2006.

Brasília, 28 de março de 2007.

Sérgio José Américo Pedreira
Diretor-Geral da Secretaria